



Relatório da Reunião 02/2013 dos Colegiados de Contadores Públicos e Controladores Internos Municipais

Data: **30 de agosto de 2013**

Cidade: **Ita**

Estiveram presentes os representantes das seguintes Associações de Municípios: AMURC, AMAI, AMMOC, AMEOSC, AMURES, AMPLASC, AMAUC, AMMVI, AMAVI, AMARP, AMPLANORTE, AMNOROESTE, AMFRI, AMOSC, AMERIOS E FECAM.

ASSUNTOS DELIBERADOS NA REUNIÃO:

1- Avaliação do IX Congresso de Contadores e Ciclo de Estudos TCE

Congresso de Contadores:

Os participantes alegaram que teve muitas palestras sobre o mesmo assunto “IPSAS e Novas Normas de Contabilidade”, para que isto não ocorra no próximo evento foi montada uma comissão que ficará responsável pela organização do Congresso de Secretários de Finanças Contadores e Controladores Interno Municipais 2014. A comissão foi formada por membros da AMOSC, AMAI, AMAUC E FECAM e cuidará dos temas ligados a contabilidade e controle interno.

O município que sediará o Congresso será Chapecó sendo que a data de realização do evento ficará entre os dias 14 e 25 de abril ou entre 12 e 23 de maio.

Ciclo de Estudos do TCE:

Os membros do colegiado farão sua avaliação quanto ao Ciclo de estudos do TCE e encaminharão a FECAM até o dia 04/09/2013. Após receber as avaliações a FECAM encaminhará relatório ao TCE com os pontos positivos e negativos do ciclo de estudos

Também será sugerido ao TCE que sejam reformulados as divisões das salas dos próximos ciclos.

2- Lei que determina a participação do Município em eventos e festividades

Parece que o TCE-SC está montando uma regulamentação para fiscalização das festividades municipais. A FECAM vai verificar estas informações com o próprio TCE-SC e encaminhará ofício solicitando a participação do colegiado nesta discussão. Membros Vladimir Steiner - AMMVI, Andreza Galas - AMAI, Elton José Thomas – AMAUC e José Rafael Correa - AMMVI, participarão da discussão e da elaboração da normativa que tratará deste tema.

Após esta etapa os representantes do colegiado elaborarão uma cartilha de orientação aos municípios.



3- Instrução Normativa 14/2012 – TCE

“INSTRUÇÃO NORMATIVA N.TC-14 de 13 de junho de 2012

Estabelece critérios para a organização da prestação de contas de recursos concedidos a qualquer título e dispõe sobre o seu encaminhamento ao Tribunal de Contas para julgamento.”

Os municípios de Santa Catarina, mais especificamente, nas áreas contábeis e de controladoria, com o grande demanda de obrigações acessórias e controles a serem feitos nos municípios vem encontrando cada vez mais dificuldade na realização de seu trabalho.

Por outro lado o TCE, com o intuito de melhorar os controles de fiscalização e da comprovação do bom gasto dos recursos públicos criou a IN 14/2012 normatizando as regras de prestação de contas. A referida Instrução Normativa, que por sinal é bem vinda, acaba, em seus artigos criando alguns entraves desnecessários que acabam prejudicando as operações a serem realizadas pelo ente público.

O colegiado, representado pelos membros Vanderlei Roberto Picinini – AMAUC, José Rafael Correa – AMMVI e Alexandre Alves – FECAM elaborará um documento, a ser remetida ao presidente e conselheiros do TCE, elencando os pontos críticos da IN 14, para implementação no município.

Ainda neste documento será sugerida uma alteração no que se trata da exigência de abertura de conta bancária pelas entidades para poder receber do município recursos de convênios. A ideia é que se seja desobrigada a aberturas de contas correntes para convênios de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

4- SIOPS

SIOPS x Consórcio de Saúde:

O SIOPS foi criado com o intuito de disponibilizar informações das receitas e despesas com ações e serviços de saúde.

Os entes da federação que participam de consórcios de saúde, a partir da criação da portaria 72/2012 da STN passam a ter que tratar as informações apresentadas no SIOPS de forma diferente ao que vinham fazendo.

“PORTARIA Nº 72, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2012

Estabelece normas gerais de consolidação das contas dos consórcios públicos a serem observadas na gestão orçamentária, financeira e contábil, em conformidade com os pressupostos da responsabilidade fiscal.”

Os consórcios devem encaminhar aos municípios consorciados a relação de gastos de acordo com a proporção de cada quota de rateio.

Por sua vez o município deverá excluir dos demonstrativos fiscais as despesas empenhadas na modalidade 71 e incluir as informações encaminhadas pelo consórcio.

“PORTARIA Nº 72, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2012

Art. 11. A consolidação das contas pelos entes da Federação consorciados incluirá a execução orçamentária e financeira do consórcio público relativa aos recursos entregues em virtude de contrato de rateio para a elaboração dos seguintes demonstrativos fiscais

§ 1º A fim de eliminar duplicidades na elaboração dos demonstrativos enumerados no caput, não deverão ser computadas as despesas executadas pelos entes da Federação consorciados na modalidade de aplicação referente a transferências a consórcios públicos em virtude de contrato de rateio.

§ 4º Para elaboração dos demonstrativos fiscais não enumerados nos incisos e alíneas do caput deste artigo, o ente da Federação consorciado computará as despesas executadas na modalidade de aplicação referente às transferências a consórcios públicos observada a metodologia de elaboração estabelecida pelo Manual de Demonstrativos Fiscais, da Secretaria do Tesouro Nacional.”

Para o SIOPS dos municípios consorciados o procedimento é o mesmo. Se exclui as despesas realizadas na modalidade de aplicação 71 e se inclui-se as informações de despesas realizadas nos consórcios.

Outro ponto relativo ao SIOPS é a falha no momento de enviar as informações, não gerando a homologação.

A representante do colegiado da região da AMAI, Andreza Gallas, irá fazer o levantamento dos problemas encontrados no SIOPS e a FECAM encaminhará ofício ao órgão responsável e acompanhará os tramites para as respectivas mudanças.

5- E-Sfinge – TCE

Foi colocado pelos membros do colegiado que ainda existe grande dificuldade no acesso a sala virtual em virtude a demora de conexão ao TCE.

Será sugerido ao TCE que desenvolva melhorias no sistema para evitar o problema no próximo exercício.

Ainda referente a assinatura do balanço. Para o encaminhamento das informações todas as unidades gestoras devem estar fechadas, pois o envio das informações é feito em conjunto.

No formato em que o sistema esta funcionando hoje o atraso no fechamento das informações de uma unidade gestora prejudica todas as que estiverem prontas para o encaminhamento ao TCE.

Será sugerido ao TCE que passe a ser permitida a assinatura para confirmação individualmente para cada unidade gestora evitando assim penalizações de umas em detrimento de outras.



6- Resolução 77/2013 – TCE

Será sugerido ao TCE que, assim que for enviado o e-sfinge da sexta competência do ano, já sejam gerados os anexos para a conferência e assinatura dos contadores municipais.

7- Novo Plano de Contas e Portaria 753/2012

Até o momento não existe novidade quanto aos prazos e quanto ao cronograma de implantação estabelecido pela portaria 753/2013.

Em outubro acontecerá uma nova reunião do grupo de estudos da STN, sendo aguardaremos as novidades a serem trazidas pelo representante dos municípios no grupo de estudo, José Rafael Correa que apresentará as mesmas em nossa próxima reunião.

8- Consórcios Públicos

O Tribunal de contas de Santa Catarina esta desenvolvendo um formato de contabilização de receitas e despesas nos consórcios públicos como também nos municípios consorciados.

As definições de contabilização influenciarão diretamente na prestação de contas dos consórcios para os municípios como também nos relatórios da LRF relativos aos limites com pessoal e gastos com saúde e educação.

Para ajudar na elaboração da forma de contabilização o TCE fez algumas reuniões com a participação da FECAM e do Contador e Secretário Executivo da AMMVI, José Rafael Correa.

Com a finalidade de debater o assunto e apresentar as definições tomadas até o momento será marcada para outubro de 2013 uma reunião com os contadores dos consórcios públicos como também com o colegiado dos consórcios.

9- Inconstitucionalidade do Regime Especial para Precatórios e a obrigação de quitação integral no orçamento

A Federação Catarinense de Municípios, visando atender o interesse público municipal, protocolou pedido administrativo de revisão da decisão tomada pelo desembargador determinando a quitação integral no orçamento de 2014 pelos municípios optantes pelo regime especial.

O pedido administrativo foi negado, razão pela qual a FECAM impetrou mandado de segurança que ainda esta pendente de análise da liminar. Manteremos todos informados quando da análise do mandado.

10- Contagem de Tempo de Contribuição para fins de aposentadoria pelo disposto do art. 40 § 5º da CF, com interpretação da Lei 11.301/06

A discussão girou em torno da dúvida sobre poder considerar o tempo extra devido ao regime especial para a aposentadoria dos professores cedidos a Educação de Jovens e adultos e a APAE, isso para municípios com regime próprio de previdência.



Cabe ao Controlador Interno emitir parecer sobre atos de pessoal, na existência de dúvidas sobre este ou qualquer outro o mesmo pode utilizar do sistema de consultoria da FECAM verificando pareceres já existentes ou fazendo uma nova consulta.

11- Fontes de Recursos TCE

No ano de 2011 o colegiado de contadores e controladores internos, através da Contadora Liliane Maria Novaes, elaborou uma nova tabela de fontes de recursos e encaminhou ao TCE como sugestão. O TCE aceitou a sugestão, a fez a alteração em suas tabelas.

Hoje passados 02 anos surgiu a novamente a necessidade da alteração da referida tabela uma vez que surgiram novos recursos ou recursos já existentes se juntaram a outros ou deixaram de existir.

Baseado nisso foi definido na reunião que os senhores Flávio Zílio – AMURC, Vanderlei Picinini - AMAUC e Moises Patrício – AMARP formarão um grupo que estudará e criará uma nova tabela de fontes de recursos a ser encaminhada posteriormente ao TCE como sugestão para substituição a tabela atual.

12- Comunicados FECAM

A. 020/2013 – FECAM – Alteração da base de Cálculo do PASEP:

O comunicado esta publicado no site da FECAM no link Colegiado de Contadores e Controladores.
http://www.fecam.org.br/conteudo/index.php?cod_menu=388

B. 026/2013 – FECAM - Movimentação Financeira dos Recursos do FUNDEB:

O comunicado esta publicado no site da FECAM no link Colegiado de Contadores e Controladores.
http://www.fecam.org.br/conteudo/index.php?cod_menu=388

C. 035/2013 – FECAM - Autorização legislativa para celebração de convênios:

O comunicado esta publicado no site da FECAM no link Colegiado de Contadores e Controladores.
http://www.fecam.org.br/conteudo/index.php?cod_menu=388

D. 028/2013 – FECAM - Informações dos precatórios pagos pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina

O comunicado esta publicado no site da FECAM no link Colegiado de Contadores e Controladores.
http://www.fecam.org.br/conteudo/index.php?cod_menu=388

Foi ainda colocado, pelo Contador José Rafael Correa – AMMVI, que as informações contidas no site do TJ divergem dos valores pagos pelos municípios. O mesmo vai encaminhar a FECAM as informações do município de Brusque para fazer a comparação com os dados do Tribunal de Justiça.

13- Terceirização de mão de obra – Prejulgados 1642 e 1084 do TCE

Cada contrato de terceirização de mão de obra deve ser analisado individualmente sempre observando se existe ou não o cargo no município

Sugere-se que sejam analisados os prejulgados do TCE mencionados acima como também os pareceres da FECAM sobre o assunto.



Os pareceres da FECAM podem ser encontrados no link:

<http://www.fecam.org.br/consultoria/index.php>

ASSUNTOS GERAIS:

1- Decreto 7.892/2013 que trata do Registro de Preço

A dúvida gerada foi sobre a utilização do Registro de Preço da União nos Municípios “*carona*”.

Solicitaremos a assessoria jurídica da FECAM que emita parecer sobre o assunto.